

O Sara Kubitschek foi construído para ser um modelo, mas a briga entre o seu diretor e funcionários prejudicou o hospital

Hospital reduziu o atendimento médico

Desativação gradativa de setores e equipmntos, hoje expostos à deterioração, com reflexos na redução do atendimento ao público. Esta é a principal denúncia de ex-funcionários do hospital Sarah Kubitschek de Brasília, mantido pela Fundação das Pioneiras Sociais. Segundo eles, criado para ser o centro nacional de referência nas áreas de ortopedia e reabilitação o Sarah e hoje apresentado como imponente instituição, onde os amplos espaços e sofisticados equipamentos são subutilizados em contraste com os demais hospitais do DF e em detrimento da saúde da população.

Segundo os denunciantes, que preferem não se identificar, o Sarah, projetado para comportar 350 leitos, esta hoje com a sua capacidade de atendimento pela metade, de posse de dados de projetos anuais do hospital mostram a diminuição dos serviços oferecidos. A capacidade anual prevista de consultas, por exemplo, segundo explicam os funcionários, é de 240 mil. Em 1984, 56.381 pacientes foram atendidos, ou seja, 23,5% do previsto. Já em 85, o número se reduz para 54.496, 22,7% das condições reais. Até o final deste ano, ele prevêem, através do estudo dos dados, um total de 55.367 consultas.

Quando a cirurgias, o total estabelecido no planejamento era de 9.600 operações. Em 84, elas foram um pouco mais de 2 mil. No ano passado foram 2.290 e, para este ano, os funcionários estipularam a marca de 1.719 cirurgias. Os números em todas os três anos, não ultrapassam a 30% previsto. Embora as internações pudessem comportar anualmente 8 mil pessoas, nos três últimos anos cujos dados foram recolhidos e analisados, elas não passaram de 3 mil em cada período. Ainda segundo os funcionários, os exames de raio x e laboratoriais, no entanto, apesar de não chegarem ao total estipulado, vêm aumentando gradativamente, o que significa, conforme acreditam, um atendimento menos cuidadoso por parte dos médicos.

Desativações

Os denunciantes dizem, ainda, que sem motivos óbvios, há dois anos não se efetivam mais no Sarah cirurgias de crânio, feitas até então, rotineiramente. Além disso, as cirurgias mais relevantes de coluna, como a de vertebra fraturada, não estão sendo operacionalizadas.

Outra denúncia refere-se a ociosidade de aparelhagens caríssimas, hoje entregues à deterioração. E o caso do laboratório de marcha, que teria custado cerca de 150 mil dólares, e que, conforme os funcionários, em dois anos não atendeu mais de 50 pacientes. Eles dizem ser o laboratório, que detecta os defeitos no caminhar, restrito a pessoal de Campos da Paz, diretor presidente da Fundação Pioneira Sociais.

Filas são rotina para os pacientes

As opiniões de pessoas que procuram diariamente o Sarah Kubitschek coincidem em dois aspectos: a maioria sente dificuldade em marcar ou remarcar consultas, não sendo o hospital diferente dos demais quanto à institucionalização das filas de madrugada. Consideram, porém, o atendimento pelas equipes médicas de qualidade superior.

Rosalina Maria Torres, 22 anos, cujo marido esta internado no Sarah, diz que o pior momento é quando se deseja marcar consultas. "Tive duas vezes aqui para conseguir, e assim mesmo enfrentando filas de mais de 50 pessoas às 3 horas da madrugada", explica. Para ela, porém, após a conquista da vaga, o processo torna-se bem mais simples. "Sempre ouvi falar que era complicado entrar aqui, mas depois que consegui, achei muito bom o tratamento ao meu marido".

"Remarcar no Sarah leva até três meses", afirma José Delcio Dias, 27 anos. Residindo no Cruzeiro Velho, ele diz ter de chegar às 6 horas na fila para ser atendido, mas também considera os cuidados dos profissionais de melhor nível em comparação aos demais hospitais de Brasília.

Alberto Cesar Ramos, 22 anos, com problemas graves no nervo ciático, reclama da dificuldade para remarcação e para o uso de certos aparelhos. Segundo ele, no máximo são atendidas 8 pessoas diariamente para o exame de eletromiografia, análise da coluna.

Ja o jornalista Julio Kanedima, alem de não ter nenhum tipo de reclamação diz que foi muito bem tratado ao se submeter à cirurgia na coluna. "Em março fui operado e hoje venho sempre fazendo exames", afirma.

Campos da Paz nega acusação

O presidente da Fundação das Pioneiras Sociais, Aloysio Campos da Paz Júnior, credita as denúncias relativas a possível ociosidade do hospital Sarah Kubitschek e a sua administração "a um número restrito de médicos, pseudo esquerdistas, que desejam tirar vantagens econômicas diante da desestruturalização da entidade". Negando a redução no atendimento, ele diz que o hospital é reconhecido internacionalmente e, quanto ao relatório da comissão de sindicância o Ministério da Saúde, o médico salienta que "é ato político não levado em conta pelo Ministro".

Conforme o presidente da FPS alguns médicos, aos quais não identificou, estão insatisfeitos por não terem aceito a dedicação exclusiva e os compromissos com a vida humana, segundo Campos da Paz, regras para o atendimento elogiado internacionalmente do Sarah. "São pessoas de dupla militância, que usam de acusações políticas com o fim de desestabilizar o setor público para instalar o privado, para a obtenção do lucro", diz ele, enquanto explica serem feitas em entidades particulares operações superfluas de custos altíssimos. Na sua opinião, estes médicos teriam suas fatias nos lucros.

Quando a greve dos funcionários, no ano passado, continua Campos da Paz, formou-se um processo de tentativa de tomada de poder, camuflada pela bandeira da democratização. "Eles querem fazer crer que tem de se baixar o nível para haver democratização. Mas aqui ela existe, a medida em que, tanto pessoas da Ceilândia como de maior poder aquisitivo são atendidas" afirma, acrescentando que "elitismo está em negar ao povo o que é bom". Segundo o presidente da FPS, o interesse real é o de tornar a instituição pseudo-pública, com ganhos adicionais no atendimento.

Novos leitos

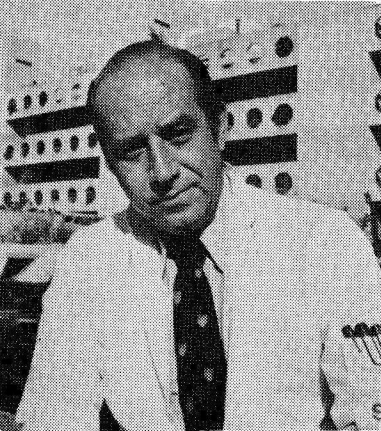
O Sarah Kubitschek atende a área de reabilitação de pacientes com lesões no sistema locomotor e, conforme, Campos da Paz, recebe pessoas de todo o Brasil. "A taxa

de ocupação é de 236 leitos, incluídos aqueles de atendimento primário, quando o doente precisa de maiores cuidados", diz ele, explicando que este mês serão abertos outros novos 50 leitos para o serviço junto a lesados medulares agudos, "completando nossa previsão de leitos disponíveis". Segundo Campos da Paz, os lesados medulares exigem cuidados especiais, a medida em que perdem a sensibilidade cutânea, ocorrendo formação de feridas no corpo do doente em função de ficar na mesma posição por muito tempo. "Ele não tem motricidade, está emocionalmente abalado e perdemos de dois a três meses até que se inicie o processo de reabilitação", explica o médico.

Quando da notícia da desativação do Hospital de Base, Campos da Paz diz ter conversado com o governador José Aparecido, oferecendo os leitos, embora o Sarah inicialmente só trabalhe com pacientes no momento em que se inicia a reabilitação. "Faremos todo o atendimento, a medida em que se verifica a precariedade dos demais hospitais", diz ele, que conta com autorização presidencial em caráter de excepcionalidade para a contratação de profissionais, já tendo entrado com o pedido de recursos a serem destinados para a nova função.

Organização

Negando a existência de ociosidade — os dados, segundo ele, apontam o atendimento de 380



Campos da Paz vê ato político

Advogado quer ação criminal

Paralelamente a ação popular impetrada por ex-funcionários do Sarah, o advogado Erasto Villa-Verde garante, que vai entrar, ainda esta semana, com uma representação criminal contra Aloisio Campos da Paz Júnior ao procurador geral da Justiça no DF, João Carneiro de Ulhôa. A seu ver, este seria um caminho, talvez mais curto, de alcançar o objetivo de seus clientes.

Como base para a ação, Erasto conta com documentos enviados pelo Ministério da Saúde dando conta do destino do relatório da comissão de sindicância. Nele, o consultor Jurídico, Joaquim

Benedito Barbosa Gomes, admite a gravidade das irregularidades e pede que se promova o conhecimento dos fatos pela Secretaria Central de Controle Interno do Ministério da Fazenda e Tribunal de Contas da União, que poderia condenar os implicados a ressarcirem os gastos indevidos. Ulysses César de Melo, secretário de Controle Interno, no entanto, faz algumas recomendações ao titular da Fundação não considerando ilícitos os atos praticados por Campos da Paz, o que para Erasto Villa-Verde, provaria a inoperância do Poder Público.

No parecer do consultor Jurídico do Ministério da Saúde, os fatos apurados pela comissão de sindicância são considerados de extrema gravidade administrativa, argumentando Joaquim Gomes a não necessidade de abertura de inquérito, à medida em que, segundo ele, as irregularidades são patentes e foram apuradas por órgão oficial. "As pessoas envolvidas são demissíveis ad nutum, não havendo razão plausível para instaurar procedimento tão demorado com a finalidade exclusiva de apurar o que já foi constatado em exame de documentos contábeis", diz o documento.

Já o Secretário de Controle Interno do MF, depois de ouvido Campos da Paz, não verifica ilicitudes nos

pacientes e cerca de 14 cirurgias diárias — Campos da Paz reafirma a posição de destaque do Sarah e o nível de organização da entidade. "Não há lugar para proselitismos. Acredito que a qualificação do setor público depende da qualificação de seus componentes. Fui formado com disciplina e compromissos com a vida humana e a minha organização pode ser até considerada autoritarismo", salienta Campos da Paz, dizendo que "temos de dar lugar as técnicas de atendimentos e não a discursos políticos".

Ainda conforme Campos da Paz, a limpeza do hospital, a assistência progressiva, que leva o paciente a ser deslocado para os setores de atendimento, não sendo necessário remanejamento de equipes e aparelhos, reduzindo os custos operacionais, além da dignidade com a qual são tratadas as pessoas, constituem provas suficientes do sucesso do sistema de atendimento. "O resto", diz ele, "é coisa suja, porca, de pessoas que viram seus discursos políticos fracassados".

Ação

Quanto a ação popular envolvendo mais de 360 pessoas que pedem a demissão de Aloysio Campos da Paz da presidência da FPS, ele diz ser um ato político, onde foram usados nomes que nenhuma ligação possuem com o hospital. "A maioria não é de ex-funcionários do Sarah", diz, salientando o fato de que, a seu ver, a ação é implementada por escritório de advocacia pertencente a um mero caçador de votos. "Estamos em tempo de eleições", observa.

Campos da Paz afirma, ainda, ser a Fundação supervisionada pelo Ministério da Saúde. "Se houvesse provas de algo estava errado, teriam sido tomadas providências", diz. Na sua opinião, os fatos apurados não foram considerados relevantes. "O Ministro não considerou tal relatório e não há provas concretas de nada", resalta o médico. "Depois que entrei para o serviço público", continua ele, "o meu patrimônio diminuiu. Se alguém puder provar o contrário, abaixo minha crista".

atos administrativos, levando em conta que o presidente das Pioneiras Sociais devolveu o valor correspondente a duas diárias recebidas a mais. Mostrando o parecer, Erasto afirma ser inconcebível tal observação, perguntando-se o que foi feito quanto as demais irregularidades observadas. "É um absurdo", diz ele, "já que o ressarcimento não justifica todos os atos considerados ilícitos pela comissão de sindicância".

O secretário Ulysses de Melo, no parecer, diz ainda que a Fundação das Pioneiras Sociais não está obrigada a seguir as normas próprias da Administração Pública, já que é entidade de direito público, sujeita às normas civis das fundações. A observação, para Erasto Villa Verde é evasiva e não acrescenta nada. "Não se trata, no caso, de qual norma rege a instituição, mas o fato de haver ganhos ilícitos por parte de administradores", afirma o advogado.

Enquanto mostra as recomendações do secretário de Controle Interno do MF, que solicita a Fundação envio de projeto de reformulação dos estatutos da entidade, a elaboração de normas administrativas que envolvam, dentre outras, as aplicações de recursos, providência com vistas ao preenchimento do cargo de diretor tesoureiro e esforços no sentido de suprimir gastos excessivos, o advogado salienta não ter o secretário condições de simplesmente perdoar Campos da Paz. "É inacreditável que ele apenas recomende medidas, como se nada tivesse sido constatado", acrescenta.

O Sarah agoniza

Sônia Cristina

O esvaziamento do hospital Sarah Kubitschek de Brasília, projetado para ser o centro nacional de referência na área de ortopedia no Brasil, tem sido constantemente denunciado. Embora a capacidade prevista para atendimento anual esteja na marca de 240 mil, nestes últimos três anos, a média de pacientes atendidos é de 55 mil. Além disso, torna-se clara a necessidade de ampliações das equipes à medida em que a Fundação das Pioneiras Sociais conseguiu, excepcionalmente, autorização presidencial para a contratação de profissionais.

A discussão em torno do assunto reduziu o atendimento em virtude da deficiência de recursos humanos e a ociosidade de aparelhos médicos, e tornou-se mais acirrada no início do ano passado, quando funcionários do Sarah decidiram procurar o então ministro da Saúde, Carlos Sant'Anna, com o objetivo de denunciar o problema, alertando também para irregularidades de ordem administrativa, que estariam trazendo benefícios financeiros para Aloysio Campos da Paz Júnior, diretor-presidente da Fundação das Pioneiras Sociais, mantedoura do Sarah Kubitschek, e de mais dois diretores da entidade.

Abriu-se, então, uma sindicância com base no documento e, enquanto se processavam os trabalhos do grupo, os funcionários

deflagram greve de 69 dias no início de julho. A paralisação, a princípio para mudanças administrativas, não obteve sucesso, mas a comissão de sindicância, em dezembro de 85, considerou a necessidade da abertura de inquérito administrativo na FPS em virtude de irregularidades encontradas.

A frustração dos funcionários veio a tona este ano, quando passados quase 12 meses, verifica-se que o Ministério da Saúde não tomou qualquer providência para apurar devidamente a situação da Fundação das Pioneiras Sociais. Aloysio Campos da Paz garante não ter o ministro considerado relevante o relatório da comissão, e defende sua instituição dizendo ser uma das melhores do país. Ele também defende a si mesmo, com o argumento de que seu próprio patrimônio foi reduzido com seu ingresso no serviço público. Aloysio considera provincianas as discussões em torno de sua administração e taxa os denunciantes de pseudo-esquerdistas de olho no processo eleitoral.

De acusações verbais, a polêmica toma rumos mais concretos, a medida em que os agora ex-funcionários do Sarah pretendem agir em virtude do que classificam de inoperância do Poder Público. Entraram com ação popular contra a Fundação e seus principais diretores. De palavras evasivas pretendem levar a batalha a nível judicial, onde acusados e acusadores poderão defrontar suas verdades.

Servidores processam diretor

Eles formam um grupo de 382, a maioria ex-funcionários do hospital Sarah Kubitschek, que pede por meio de ação popular nada menos do que a demissão de Aloysio Campos da Paz Júnior, diretor-presidente da Fundação das Pioneiras Sociais e a devolução de quantias usadas em benefícios pessoais.

Além de fortes argumentos, eles estão revoltados contra o que consideram inatividade do Poder Público.

Os argumentos constituem em relatório de comissão de sindicância do Ministério da Saúde que comprova fatos, no decorrer de 1985, considerados suficientes para a abertura de inquérito administrativo ou intervenção da entidade. A revolta fica por conta da falta de medidas punitivas pelo Ministério da Saúde em virtude dos desmandos comprovados. Não escapam da "ação corretiva" o vice-presidente da Fundação, Carlos Luiz Coutinho Perez e diretor secretário, Letácio de Medeiros Jansen Ferreira Júnior.

A ação popular, prevista pela lei nº 4.717/65, foi encaminhada à 3ª. Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal em maio último, por intermédio do advogado do grupo, Erasto Villa-Verde de Carvalho. Os motivos que levaram a tal medida foram as informações obtidas através do resultado da sindicância realizada na entidade. A comissão de sindicância concluiu relatório em 02 de dezembro de 1985, verificando uma série de irregularidades na gestão de Aloysio Campos da Paz no decorrer daquele ano.

Mordomias

Conforme o relatório os três diretores da Fundação das Pioneiras Sociais, no período de 02 de janeiro a 31 de outubro de 85 fizeram viagens em que, além de receberem as diárias previstas nas normas regimentais vigentes no Serviço Público, lançavam mão de quantias destinadas a hospedagem e alimentação. Sendo assim, considerou-se que ganhavam duplamente cada vez que se deslocavam. Ainda, conforme o relatório, que relaciona as notas de despesas apresentadas, o valor total de gastos foi de Cr\$ 10.547.273.

A comissão apurou também que, em 10.05.85, Letácio Júnior, lotado no Rio de Janeiro, foi indenizado em Cr\$ 206.800 por despesas de alimentação no restaurante Alba Mar, no Rio de Janeiro. "A FPS efetuou pagamento de despesas da alimentação de S. Sa. ainda mais no Rio de Janeiro, onde o referido servidor está lotado, não se justificando, portanto, o custeio da despesa em foco", diz o relatório. No período de 17 a 21 de janeiro do ano passado, quando os servidores Amâncio Ramalho Júnior, Alvaro Massão Namura e José Eugênio Paixão, foram par-

ticipar da banca examinadora da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, em Campinas, a Fundação, além de pagar as passagens de avião e as diárias, pagou também a quantia de Cr\$ 1.078.372 de notas de despesas. Já o motorista que os servia, Carlos Humberto Antunes, recebeu as diárias de Cr\$ 582.960 e mais Cr\$ 1 milhão na-que-la viagem.

Segundo o relatório, Aloysio Campos da Paz teria recebido, ainda, quantia indevida correspondente as duas diárias a mais, por ocasião de sua viagem aos Estados Unidos, em 09 de maio, no valor de Cr\$ 1.890.700. Através de notas de empenho, a comissão verificou o lançamento de recursos da FPS para custear publicações em diversos jornais, o que acumula Cr\$ 160.190.510. Seguem-se como comprovadas, contratações sem processo licitação.

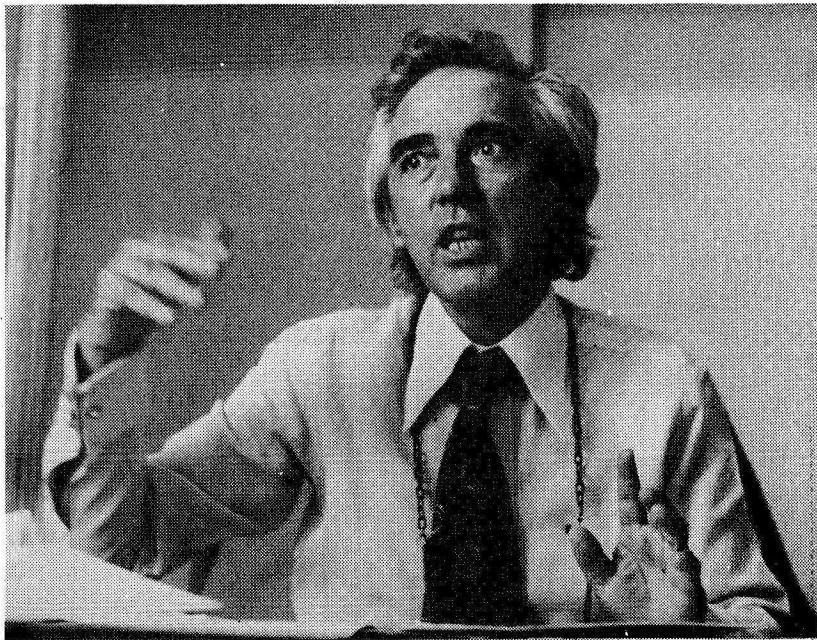
Por fim, o relatório, assinado por seis funcionários do Ministério da Saúde, admite respaldo suficiente para a abertura de inquérito administrativo ou intervenção da FPS para avaliação e julgamento da gestão de Aloysio Campos da Paz.

Colarinho branco

A ação popular do grupo de funcionários da Fundação volta-se contra a própria entidade, o presidente, vice e diretor secretário, estes dois últimos vistos como beneficiários dos atos praticados e comprovadamente ilícitos conforme o advogado Erasto Villa Verde. "Considerando a gravidade do que foi apurado e a falta de providências naturais e decorrentes, os servidores resolveram entrar com a ação, a fim de coibir e punir os crimes de colarinho branco", afirma Villa Verde.

"Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir", reza o código penal em seu artigo 964. E é com base na lei que o advogado pretende reaver toda a quantia gasta indevidamente por Aloysio Campos da Paz e outros beneficiários. Lançar mão de importâncias em dinheiro de propriedade da FPS para pagar despesas, quando já se recebia diárias, bem como o uso de valores para pagamentos de reportagens com o fim da defesa pessoal, configura, sem dúvida, peculato, levando em conta que as acusações que lhe endereçavam eram verificadas, tanto que foram confirmadas pela comissão de sindicância", sentença, Erasto, que requer em juízo a restituição, pelos diretores, da quantia com juros e correção monetária até o dia 28.02.86, quando se fará a conversão para cruzados, aplicando-se os juros legais devidos.

Erasto Villa Verde não sabe dizer quando a ação será julgada, mas acredita ter sido esta decisão significativa por parte dos funcionários.



Erasto Villa Verde quer processar criminalmente Campos da Paz



A denúncia é de que o Sara está ocioso